



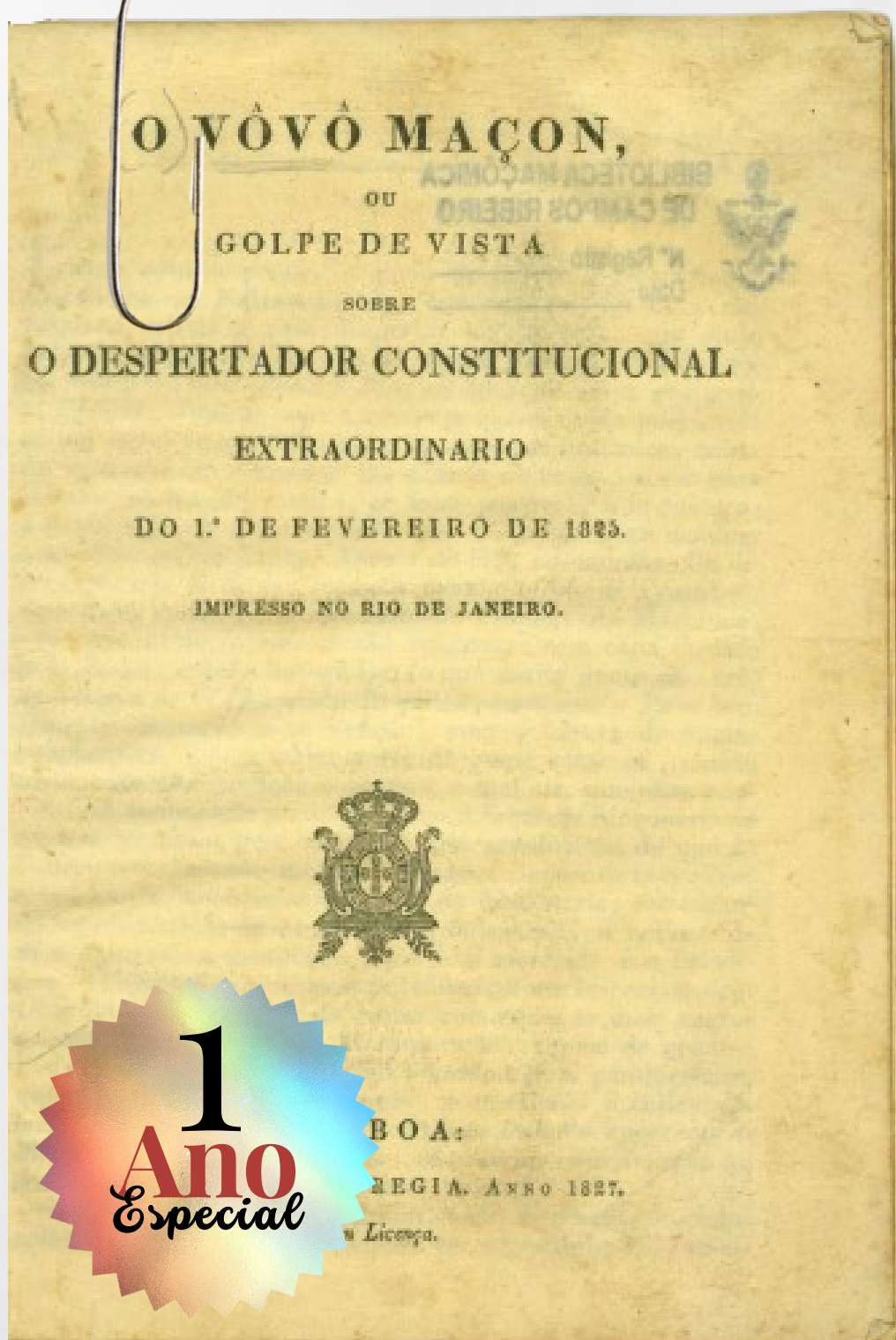
VESTÍGIOS DA DÉCADA PERDIDA (PARTE 1)

CLOVES GREGORIO

Durante uma incursão na Biblioteca do Supremo Conselho, eu topei com um livro fino, encadernado em capa dura verde esmeralda, com o curioso título de “Vôvô Maçon”. As páginas amareladas já anunciavam sua antiguidade, antes mesmo de eu conferir a data. O documento de quase 200 anos se revelava fruto da antimaçonaria brasileira. Publicado inicialmente como um manifesto contra os maçons em 1825, foi reproduzido dois anos mais tarde pela Imprensa Régia de Portugal. As datas acenderam uma luz vermelha em minha cabeça com a seguinte pergunta: Se as atividades maçônicas no Brasil estavam suspensas de 1822 à 1831, qual seria a motivação da publicação?

NESTA EDIÇÃO

CLOVES GREGORIO	PÁGINA 2
LUCIANO RODRIGUES E RODRIGUES	PÁGINA 15



A Maçonaria do Real Arco antes da União de 1813 – o 4º grau dos Antigos.



A MAÇONARIA DO REAL ARCO ANTES DA UNIÃO DE 1813 – O 4º GRAU DOS ANTIGOS

LUCIANO RODRIGUES E RODRIGUES

Ao longo da história da maçonaria não há outro quebra-cabeças tão misterioso quanto a origem do Grau do Real Arco. Há duas condições que contribuíram para esta circunstância nebulosa. A primeira é que aqueles que sabiam algo definido sobre quando surgiu, não deixou nada registrado sobre este conhecimento, a outra é que... (Continua na página 15)

EDITORIAL

POR CLOVES GREGORIO

O Maçonaria Tupiniquim Jornal é um periódico que apresenta textos e estudos referentes a história, liturgia e cultura da maçonaria, visando instruir e informar acerca da fraternidade a irmãos estudiosos.

O periódico será distribuído mensalmente em formato eletrônico para os apoiadores do Maçonaria Tupiniquim, através da plataforma apoia.se, disponível no endereço eletrônico a seguir:

apoia.se/maconariatupiniquim

Nesta edição especial de aniversário de 1 ano de nosso Jornal, fiz a análise de um importante documento antimaçônico, assim como um periódico que visava proteger os maçons. Tudo isto na chamada década perdida da maçonaria, que aconteceu no Brasil de 1822 a 1831, dado a perseguição do Governo Imperial aos maçons brasileiros. Assunto pouquíssimo explorado por Historiadores e Maçonólogos.

Ainda nesta edição, atendendo ao pedido de

apoiador e leitor assíduo, trouxe um texto do meu Saudoso Irmão Luciano Rodrigues e Rodrigues acerca dos trabalhos do Real Arco antes da Unificação da Grande Loja da Inglaterra.

Espero que gostem!

Cloves Gregorio

The logo for APOIA.se is displayed in white, lowercase letters on a solid red rectangular background.

VESTÍGIOS DA DÉCADA PERDIDA (PARTE 1)

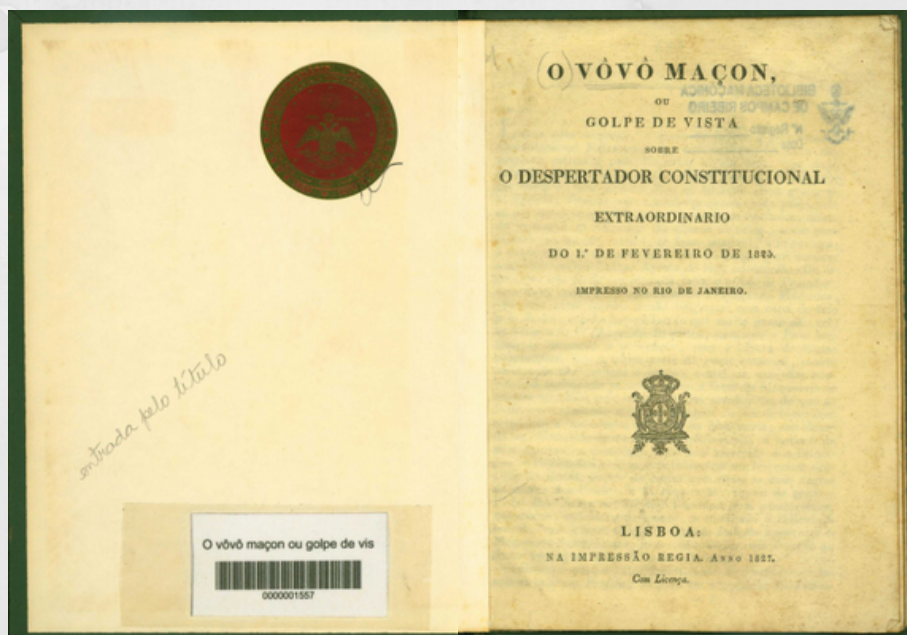
POR CLOVES GREGORIO

Dos dias que eu passo em uma biblioteca, eu tenho de otimizá-lo. Não adianta eu ficar eufórico e sair lendo um trecho de cada livro, sem objetivo e propósito. O tempo de pesquisa é valioso demais para ficar a mercê dos deleites de um amante de papel. Por isso, mesmo estando entusiasmado com a atmosfera que o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil proporciona a seus associados, eu tinha que focar.

O motivo que me levou a biblioteca, foi o garimpo em publicações e documentos que não estivessem digitalizados em acervos públicos, como por exemplo, a hemeroteca da Biblioteca Nacional, assim como livros de memorialistas maçônicos, que não estão disponíveis a venda atualmente. Sendo assim foquei inicialmente no sistema de pesquisa, utilizando palavras-chave e depois, manualmente examinando cada título que eu consegui. Em algum momento, topei com um livro bem fino, de capa dura verde esmeralda, de quase 200 anos com curioso título de "Vovô Maçon". Conferi algumas informações, como ano, quem imprimiu, as-

“
COMO SE TRATA DE UMA
PUBLICAÇÃO ANTIMAÇÔNICA
SOBRE A MAÇONARIA
BRASILEIRA, DATADA DE 1825,
PERÍODO EM QUE OS MAÇONS SE
ENCONTRAVAM PROIBIDOS DE
REUNIREM-SE POR
PERSEGUIÇÃO DO GOVERNO
IMPERIAL, DECIDI DAR UMA
ATENÇÃO ESPECIAL

”



Vovô Maçon ou golpe de vista sobre o Despertador Constitucional Extraordinário do 1º de Fevereiro de 1825 Impresso no Rio de Janeiro. Preciosidade do acervo do Supremo Conselho do Grau 33 do REAA

sinatura e cunho da obra. Como se tratava de uma publicação antimaçônica sobre a maçonaria brasileira, datada de 1825, período em que os maçons se encontravam proibidos de reunirem-se por perseguição do Governo Imperial, decidi dar uma atenção especial.

Marc Bloc nos diz que um documento só responde questões quando o historiador sabe interrogá-lo. No caso do *Vovô Maçon*, nós conseguimos extrair informações já no título e subtítulo. A publicação chama-se "*Vovô Maçon ou golpe de vista sobre o Despertador Constitucional Extraordinário do 1º de Fevereiro de 1825 Impresso no Rio de Janeiro*". A partir dessas informações, conseguimos saber que a confecção deste documento foi feita em razão de outro existente, impresso e distribuído no Rio de Janeiro, ou seja, uma resposta ao "*Despertador Constitucional*" periódico da época. A folha de rosto informa a data e local de publicação, ou seja, 1827 e Lisboa, impresso pela Imprensa Régia de Portugal.

As possibilidades de perguntas são tantas, que devemos nos conter e restringir em algumas fundamentais para entender um pouco da Maçonaria Brasileira na década perdida. A primeira coisa que chama a atenção é: Se os

trabalhos maçônicos estavam suspensos em 1825, havia uma maçonaria clandestina? Para tanto, foi preciso analisar o texto integralmente para responder ao questionamento. Como vimos logo no título, a publicação foi feita em resposta a outra, e trata-se de uma obra antimaçônica, inclusive assinada apenas por "Anti-Maçon". Consta na obra referências diretas a publicação a que responde, e não faz sentido começarmos por aqui, fazendo-se necessário fazer a leitura e análise do *Despertador Constitucional* da época em conjunto com o "*Vovô Maçon*".

Ascensão e queda da maçonaria nos primeiros anos do império

A maçonaria foi instalada em Portugal, pelo menos desde 1733. Sendo um país católico, a bula papal *In Eminentí* de abril de 1738 fez com que as autoridades católicas golpeassem os maçons lusitanos com as mãos pesadas da inquisição. Interrogatórios e autos-de-fé eram rotina. Os maçons portugueses só tiveram tempos mais calmos durante o reinado de Dom José (reinado de 1750 à 1777) e seu Secretário de Estado Marques de Pombal, que promoveu diversas reformas, inclusive diminuindo o poder da Igreja Católica. Dona Maria (reinado de 1777 à 1816), a monarca que sucedeu D. José, ficou conhecida como "viradeira" por justamente promover um caminho contrário às reformas pombalinas, e a perseguição maçônica retornou com força e vigor através de Diogo Inácio de Pina Manique, nomeado Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino em 1780. Os tentáculos de Pina Manique atravessavam o atlântico por intermédio de seus agentes e perseguia qualquer vestígio de



Capa do periódico *Despertador Constitucional Extraordinário* de 01 de fevereiro de 1825